

PREGÃO ELETRÔNICO 90071/2025

CONTRATANTE (UASG)

160322

OBJETO

Aquisição de Pulseiras para identificação de pacientes

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.853.977,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

<https://www.gov.br/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ª RM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR –1769)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2025

Conteúdo

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
13. DOS RECURSOS	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24

PREGÃO ELETRÔNICO
HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2025
Processo Administrativo nº 64574.037762/2025-14

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO, CNPJ 09.609.235/0001-50, por meio do(a) Planejamento e Integração da Contratação, sediado(a) FRANCISCO MANUEL, 126,PAVLH DIVISAO ADM, bairro BENFICA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 20911270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Pulseiras para atendimento aos pacientes do HCE conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

grupo

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Unitário
2	2	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 1,00
2	2	R\$ 1,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);
 - 7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 7.21.2. empresas brasileiras;
 - 7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
 - 7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e

contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim,

sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inhabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: hce.planejamentointegracao@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Termo de Ciência e concordância

ELABORADO POR:

Carla da
Conceição
Yamamoto

Assinado de forma digital por
Carla da Conceição Yamamoto
Dados: 2026.05.06 09:34:36
-03'00'

CARLA DA CONCEIÇÃO YAMAMOTO – 2º Ten

Adjunto da Seção de Planejamento e Integração da Contratação

CONFERIDO POR:



Documento assinado digitalmente
JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
Data: 06/05/2026 11:34:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO - Cel VTER

Chefe da Seção de Planejamento e Integração da Contratação

APROVADO POR:

LUCIANO LUIZ
GOULART SILVA
DIAS:07752932701

Assinado de forma digital
por LUCIANO LUIZ
GOULART SILVA
DIAS:07752932701
Dados: 2026.05.06 15:37:41
-03'00'

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS - Cel

Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas da Área Orçamentária,

Financeira e Patrimonial

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: f766c21770053493326

CGUTEC - Todos Direitos Reservados

Versão 2.0.5

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 656/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64574.022041/2025-00

2. Descrição da necessidade

Justificativa para Aquisição de Materiais de Consumo – Pulseiras de Identificação

A presente aquisição tem como objetivo a obtenção de materiais de consumo, especificamente **pulseiras de identificação**, destinadas à **classificação de risco** e à **identificação dos riscos assistenciais**, conforme especificado no item 8 deste estudo preliminar.

Esses materiais são essenciais para garantir a **continuidade dos serviços prestados em todo o HCE**, alinhando-se às diretrizes do **protocolo de identificação correta do paciente**, cujos principais objetivos são:

- **Garantir a correta identificação do paciente**, visando à redução da ocorrência de incidentes relacionados à assistência à saúde;
- **Assegurar que o cuidado seja prestado à pessoa correta**, promovendo qualidade, segurança e efetividade no atendimento;
- **Permitir o rastreamento dos pacientes**, contribuindo para a mitigação de riscos, bem como para a antecipação e correção de eventuais falhas no processo de identificação.

Portanto, a aquisição das pulseiras de identificação é uma medida fundamental para assegurar a segurança do paciente e a qualidade dos serviços prestados no âmbito hospitalar.

Conforme previsto na Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013 - Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), Ministério da Saúde e Portaria nº 1.377, de 9 de julho de 2013 - Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente- Protocolo Para Identificação do Paciente.

Diante do exposto, é imperiosa a aquisição do material, acima mencionado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	Felipe Garcia Nascimento

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Obrigações da Contratada

1. Fornecimento dos Equipamentos compatíveis com impressora

Fornecer **30 (trinta) equipamentos** em regime de **comodato**, incluindo os equipamentos dos **Lotes 1 e 2**, novos e/ou seminovos, em **perfeito estado de conservação e funcionamento**, com todos os **dispositivos de segurança**, estando em **plenas condições de uso**.

2. Responsabilidade pelas Manutenções

Responsabilizar-se, durante toda a vigência do contrato, por todas as **despesas decorrentes das manutenções preventivas e corretivas**, incluindo a **substituição de peças, componentes e partes defeituosas** de fábrica ou que apresentarem problemas decorrentes do uso normal dos equipamentos.

3. Manutenção Preventiva

Realizar a **manutenção preventiva** dos equipamentos de acordo com a **periodicidade indicada pelo fabricante**, incluindo **limpeza, testes de funcionamento, lubrificação, substituição de peças** e quaisquer outros procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

4. Fornecimento de Peças e Componentes

Responsabilizar-se pela **aquisição e fornecimento de todas as peças, componentes e demais itens necessários** para a realização das **manutenções preventivas e corretivas, sem qualquer ônus para a Contratante**.

5. Tempo de Resposta e Reparação

Garantir que o **tempo máximo de paralisação dos equipamentos** não ultrapasse **24 (vinte e quatro) horas**, contadas a partir do **início do chamado técnico**.

6. Substituição de Equipamentos

Realizar a **substituição dos equipamentos fornecidos em regime de comodato**, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sempre que forem **recusados por sua qualidade** ou apresentarem **defeitos recorrentes** que comprometam seu uso.

7. Transporte para Conserto Externo

Na hipótese de necessidade de **remoção do(s) equipamento(s) para conserto fora das dependências da Contratante**, caberá à **Contratada** providenciar **retirada, transporte, conserto e devolução, assumindo todos os ônus desses procedimentos**. Tal remoção somente poderá ocorrer mediante **autorização prévia e formal da Gerência Administrativa/Engenharia Clínica** da Unidade Contratante.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Análise de ARPs e Contratações Correlatas

Foram realizadas consultas aos painéis de preços e sistemas de compras governamentais em busca de **Atas de Registro de Preços (ARPs)** vigentes que pudessem atender à demanda do Hospital Central do Exército.

- **Resultado da Busca:** Identificou-se um número reduzido de ARPs com objeto similar (pulseiras e impressoras).
- **Justificativa de Inviabilidade:** As poucas atas encontradas apresentavam quantitativos remanescentes insuficientes para suprir a necessidade total do HCE, pois é o maior hospital militar da América Latina.
- **Conclusão:** A adesão a carona (extraordinária) em atas de outros órgãos mostrou-se inviável, pois o fracionamento entre diferentes atas comprometeria a padronização tecnológica necessária para a integração com o sistema informatizado do hospital e a logística de manutenção dos 30 equipamentos em comodato.

5.2. Justificativa para o Regime de Comodato

A opção pelo comodato das 30 impressoras, atrelado à aquisição das pulseiras, demonstra-se mais vantajosa que a compra ou locação isolada pelos seguintes fundamentos:

A) Eliminação do CAPEX e Custos de Manutenção: A aquisição direta exigiria alto investimento inicial (CAPEX) e custos recorrentes com contratos de assistência técnica e reposição de peças (cabeças de impressão, que possuem alto valor). No comodato, o valor é diluído no insumo (OPEX), e a manutenção é integralmente suportada pela contratada.

B) Mitigação do Risco de Obsolescência: O hospital transfere ao particular o risco tecnológico. Como a validade da identificação depende da nitidez da impressão, o fornecedor é obrigado a manter equipamentos modernos para garantir a aceitação de suas pulseiras.

C) Garantia de Interoperabilidade e SLA: A contratação isolada de locação ou compra criaria um "conflito de responsabilidades" entre o fornecedor da pulseira e o do equipamento em caso de falhas. O comodato garante um responsável único pelo funcionamento do sistema, assegurando o SLA de 24h essencial para a segurança do paciente.

D) Eficiência Logística: O custo de armazenagem de peças e a necessidade de técnicos próprios para reparos são eliminados, permitindo que a administração foque na atividade-fim assistencial, reduzindo o custo global do ciclo de vida do objeto.

5.2.1. Usualidade no Segmento de Saúde

O levantamento de mercado realizado junto a grandes fornecedores (Ex: Zebra, Honeywell, Argox e distribuidores especializados) confirma que o regime de comodato é a prática padrão e predominante no setor hospitalar público e privado. Esta modelagem é adotada por instituições de referência,

pois garante que o insumo (pulseira) e a ferramenta de aplicação (impressora) formem uma solução tecnológica única, assegurando a legibilidade indispensável à segurança do paciente.

5.2.2 Ineficiência da Contratação Parcelada (Compra X Comodato)

A separação do objeto em licitações distintas (uma para compra de impressoras e outra para pulseiras) é tecnicamente ineficiente e temerária para o HCE por três razões críticas:

1. **Conflito de Responsabilidades:** Em caso de falha na impressão ou travamento de rolos, o fornecedor da pulseira atribuiria a culpa à impressora e vice-versa, paralisando o fluxo assistencial e dificultando a aplicação de sanções.
2. **Risco de Incompatibilidade:** Diferentes fabricantes possuem especificações de sensores, picotes e camadas térmicas que podem não performar adequadamente em equipamentos de terceiros, gerando desperdício de dinheiro público e risco de erro na identificação à beira-leito.
3. **Gestão de Manutenção:** A compra isolada exigiria que o Exército gerisse um estoque de peças de reposição e contratos de manutenção preventiva, o que é oneroso e ineficiente frente ao modelo de responsabilidade única do comodato, onde a contratada garante a disponibilidade 24/7.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Natureza dos Bens :

A solução é classificada como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. As pulseiras de identificação e as impressoras térmicas possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (como as resoluções de DPI e materiais de polipropileno descritos no item 7 do ETP)

6.2 Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços pois se trata de contratação de bens de consumo com necessidade de entregas parceladas e frequentes (conforme o cronograma assistencial do hospital). O SRP permite uma gestão eficiente do estoque do Almoxarifado, evitando o imobilizado desnecessário e permitindo que outros órgãos possam eventualmente aderir à ata, respeitadas as condições legais.

6.3 Renovação de Quantitativos em Ata:

6.3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.3.4. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente

6.4 Substituição do Termo de Contrato

A substituição do contrato por Nota de Empenho (Art. 95, II, NLLC) justifica-se pela celeridade administrativa e natureza de bem comum da solução. O Termo de Referência vinculará a contratada ao comodato e ao SLA de 24h, garantindo que a aceitação do empenho formalize todas as obrigações técnicas e de manutenção sem burocracia contratual excessiva.

6.5 Ciclo de vida do objeto

A solução consiste no fornecimento de pulseiras de identificação, fabricadas em polipropileno branco, impermeáveis e antialérgicas, com lacre inviolável e impressão térmica direta. O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes etapas:

- **Desenvolvimento e Matéria-Prima:** O produto é confeccionado em filme revestido à base de polipropileno (material plástico reciclável), com proteção de verniz especial para resistência a agentes químicos e abrasivos, garantindo bordas não cortantes e segurança ao paciente.
- **Processo Produtivo e Distribuição:** As pulseiras devem ser fornecidas em embalagens plásticas individuais que garantam a integridade física e higiênica até o momento do uso, obedecendo à legislação vigente de produtos para saúde.
- **Consumo e Utilização (Vida Útil):** O objeto é de uso único e exclusivo (descartável). Sua durabilidade de impressão deve ser de, no mínimo, 15 dias de uso contínuo, resistindo a lavagens e fricção durante o período de internação ou atendimento do paciente.
- **Disposição Final:** Após o uso ou rompimento do lacre inviolável, o produto deve ser descartado conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) da unidade, sendo classificado como resíduo comum ou infectante (dependendo do contato biológico), buscando-se, sempre que possível e seguro, a destinação para reciclagem do polipropileno após descontaminação.

6.6 Da padronização do parque de impressão (30 Undidades)

A previsão de 30 impressoras térmicas baseia-se na necessidade de garantir a continuidade assistencial em todos os pontos críticos da jornada do paciente dentro do complexo hospitalar. A distribuição estratégica das unidades visa eliminar o deslocamento de equipes e garantir a identificação

imediate na beira-leito.
Distribuição Operacional e Segurança do Paciente:

Setor	Qtd. Impressoras
Recepção Geral	02
Ambulatório	02
Emergência	02
Unidades de Internação (8 unidades / 2 por andar)	08
Centro Cirúrgico / H-Dia	02
Maternidade	02
Pediatria	02
Radiologia	02
Nefrologia	02
Endoscopia	02
CCBA (Centro Cirúrgico/Banco de Sangue)	02
Oncologia	02
TOTAL	30

Justificativa Técnica: O quantitativo assegura redundância operacional. Em setores de alta rotatividade, como a Emergência e o Bloco Cirúrgico, a falha de um equipamento não pode interromper o fluxo de identificação. A padronização de um modelo único para todas as 30 estações permite a substituição imediata em caso de pane e otimiza a logística de insumos (rolos e ribbons).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

LOTE 1								
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT MAT	UND	MEM DE CÁLCULO 2023	MEM DE CÁLCULO 2024	MEM DE CÁLCULO 2025	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

1	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COMPRIMENTO: 29 CM, COR: BRANCA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LACRE INVIOLÁVEL, DESCARTÁVEL, ADULTO, TIPO MATERIAL: IMPERMEÁVEL, ANTIALÉRGICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 270MM (COMPRIMENTO) 25MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA DE 12,5 CM PARA PACIENTE ADULTO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI- ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A	4 63072	UND	125.000	135.000	130.000	300.000	447.000,00
---	--	------------	-----	---------	---------	---------	---------	------------

	INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO vigente							
2	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 175MM (COMPRIMENTO) 20MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA TOTAL NA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - PEDIÁTRICO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTIALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA,	462008	UND	15.200	14.000	14.400	20.000	26.034,00

	ROLO COM 300 UNIDADES, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.							
3	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 160MM (COMPRIMENTO) 24MM (LARGURA), ÁREA DE IMPRESSÃO NA ÁREA TOTAL DA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - NEONATAL, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI-ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO	462008	UND	2400	2350	2300	3.000	4.095,00

	MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INViolável E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.							
LOTE 2								
4	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AZUL, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INViolável</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INViolável E</p>	471309	UND	22.500	22.000	21.600	80.000	109.000,00

	AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AZUL, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5 CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE							
5	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: VERDE, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A</p>	471308	UND	78.000	76.000	75.000	115.000	152.375,00

	PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERDE, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5 CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.							
6	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AMARELO, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE	471308	UND	19.200	18.800	18.200	115.000	267.500,00

	<p>USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AMARELA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5 CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÊM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p>							
	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: LARANJA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A</p>							

7	<p>RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR LARANJA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5 CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p>	471306	UND	0	0	0	8.000	10.700,00
	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A</p>							

8	RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERMELHA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5 CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE	471305	UND	11.800	10.800	11.000	60.000	79.002,00
---	---	--------	-----	--------	--------	--------	--------	-----------

7.1. Justificativa dos quantitativos de pulseiras

O aumento nos quantitativos solicitados em relação à saída anual histórica reflete a readequação dos protocolos de segurança do paciente e a cobertura para o período de vigência contratual.

- Pulseira Branca Adulto (300.000 un): É o insumo de identificação universal. O quantitativo visa cobrir a demanda projetada para 12 meses, incluindo margem de segurança para erros de impressão e aumento no volume de atendimentos.
- Pulseira Amarela (115.000 un): Apresenta aumento significativo devido à sua dupla finalidade. Além da classificação de "Urgência" na triagem, é o padrão institucional obrigatório para sinalizar o Protocolo de Risco de Queda em todas as unidades de internação.
- Dupla Finalidade do Insumo: Diferente das outras cores, a pulseira amarela cumpre dois papéis vitais no complexo hospitalar:
- Triagem (Urgência): Identificação de pacientes de gravidade moderada na porta de entrada (Emergência)
- Segurança do Paciente (Risco de Queda): Identificação visual obrigatória para todos os pacientes internados que apresentem alto risco de queda (idosos, pacientes pós-cirúrgicos, pediátricos ou sob efeito de sedativos), conforme o Protocolo de Prevenção de Quedas (Meta 6 da OMS).
- Pulseira Vermelha (60.000 un): Além de indicar "Emergência" na triagem, passou a ser utilizada sistematicamente para a Identificação de Alergias (medicamentos, alimentos e contrastes) em todo o hospital, prevenindo eventos adversos graves.
- Pulseira Azul (80.000 un) e Laranja (8.000 un): Destinadas à classificação de risco (Não Urgente e Muito Urgente, respectivamente), garantindo a precisão da classificação e a gestão do tempo de espera.

7.1.1 Conclusão Administrativa

A definição dos quantitativos apresentados fundamenta-se na Mitigação de Risco Assistencial. A falta de padronização ou o desabastecimento de cores específicas de segurança (como Amarela para Quedas e Vermelha para Alergias) comprometeria as Metas Internacionais de Segurança do Paciente.

A sinalização de alergia via pulseira vermelha é uma barreira física essencial para o cumprimento da Meta 3 da Organização Mundial da Saúde (Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos).

Em um ambiente com múltiplos sistemas (Web SAU e SIS HCE), a pulseira vermelha funciona como um "alerta analógico" redundante, que previne erros de medicação mesmo em caso de falhas temporárias de sistema ou durante o transporte de pacientes.

Portanto, a aquisição proposta visa a economia de escala e a eficiência administrativa, mas, primordialmente, garante que a identificação gerada na admissão seja perfeitamente legível e compatível com os processos de checagem em setores críticos, preservando a integridade física dos pacientes assistidos pelo HCE.

7.2 Impressora Descritivo

Especificações Técnicas - Impressora Térmica

- **Velocidade de Impressão:**
Até 203,2 mm (8") por segundo a 203 DPI
- **Processador:**
ARM9 de 400 MHz (32 bits)
- **Memória:**
 - 64 MB de SDRAM
 - 32 MB de Memória Flash
- **Fontes:**
 - Mecanismo de fonte TrueType escalonável embutido
- **Interfaces:**
 - Host USB para conexão com scanner ou teclado de PC
- **Firmware / Emulações Compatíveis:**
 - EPL
 - ZPL / ZPL II
 - DPL
 - TSPL
- **Software e Drivers:**
 - Drivers para Windows®
 - Software de design de etiquetas: BarTender Free (disponível para download)
 - Utilitário de impressora para Windows
 - SDKs disponíveis:
 - Windows SDK
 - Android SDK

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.095.706,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será dividida em 02 (dois) Grupos de Itens, não sendo aplicado o parcelamento individual de cada item. A reunião de pulseiras e impressoras em um mesmo grupo justifica-se pela dependência tecnológica entre o insumo e o equipamento em regime de comodato. O agrupamento garante a padronização técnica e a interoperabilidade, evitando conflitos de responsabilidade na manutenção (SLA de 24h) e assegurando que o fornecedor das pulseiras seja o único responsável pelo pleno funcionamento das impressoras fornecidas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Neste estudo certifico que não existem contratações correlatas ou interdependentes para a aquisição em tela já que o Hospital já possui a infraestrutura necessária para a utilização imediata dos materiais objeto deste estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O presente estudo apresenta coerência entre a aquisição e o planejamento estratégico do HCE (2026) justamente no OE 02 (Aprimorar a gestão administrativa, modernizar a infraestrutura do hospital) já que a aquisição é do material de consumo – Pulseira de Identificação, que será usada para proporcionar uma identificação mais adequada para os pacientes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Efetivar a melhoria na organização e identificação dos pacientes, otimizando os serviços prestados pela Unidade de Emergência, pelas Unidade de Internação (adulto e infantil), Ambulatórios, Maternidade, Centro de Apoio ao Diagnóstico e Tratamento, Hospital Dia, Unidade Renal e Centros Cirúrgicos do HCE.

13. Providências a serem Adotadas

Faz necessário a apresentação de amostra do material com vistas a atestar a qualidade do mesmo, bem como a aplicabilidade da proposta no hospital antes da contratação do serviço, visto a necessidade de atestar a compatibilidade da tecnologia da contratada ao sistema informatizado do hospital para o funcionamento do processo de identificação em todos os pontos de assistência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Após avaliação prévia, foi verificado que não há impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justificativa para Aquisição de Materiais de Consumo – Pulseiras de Identificação

A presente aquisição tem como objetivo a obtenção de materiais de consumo, especificamente **pulseiras de identificação**, destinadas à **classificação de risco** e à **identificação dos riscos assistenciais**, conforme especificado no item 8 deste estudo preliminar.


Esses materiais são essenciais para garantir a **continuidade dos serviços prestados em todo o HCE**, alinhando-se às diretrizes do **protocolo de identificação correta do paciente**, cujos principais objetivos são:

- **Garantir a correta identificação do paciente**, visando à redução da ocorrência de incidentes relacionados à assistência à saúde;

- **Assegurar que o cuidado seja prestado à pessoa correta**, promovendo qualidade, segurança e efetividade no atendimento;
- **Permitir o rastreamento dos pacientes**, contribuindo para a mitigação de riscos, bem como para a antecipação e correção de eventuais falhas no processo de identificação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **FELLIPE GARCIA NASCIMENTO**
Data: 24/03/2026 09:35:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FELLIPE GARCIA NASCIMENTO

Chefe do Almoxarifado

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Termo de Referência 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	160322-HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ	FELLIPE GARCIA NASCIMENTO	02/04/2026 09:55 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64574.022041/2025-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº64574.022041/2025-00)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Aquisição de Material de consumo para o almoxarifado (pulseiras de identificação), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do item	Catmat	UND	QTD HGE	QTD HMAR	QTD HCE	QTD TOTAL	Valor unitário	Valor total
Grupo 01									
1	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COMPRIMENTO: 29 CM, COR: BRANCA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LACRE INVIOLÁVEL, DESCARTÁVEL, ADULTO, TIPO MATERIAL: IMPERMEÁVEL, ANTIALÉRGICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 270MM (COMPRIMENTO) 25MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA DE 12,5CM PARA PACIENTE ADULTO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI-ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE	463072	UND	150.000	60.000	300.000	510.000	R\$ 1,49	R\$ 759.900,00

	SEGURANÇA INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE								
2	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA.</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 175MM (COMPRIMENTO) 20MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA TOTAL NA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - PEDIÁTRICO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTIALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, ROLO COM 300 UNIDADES, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.</p>	462008	UND	15.000	4.000	20.000	39.000	R\$ 1,3017	R\$ 50.766,30
3	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 160MM (COMPRIMENTO) 24MM (LARGURA), ÁREA DE IMPRESSÃO NA ÁREA TOTAL DA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - NEONATAL, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI-ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A</p>	462008	UND	3.000	0	3.000	6.000	R\$ 1,3650	R\$ 8.190,00

	INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.								
VALOR TOTAL DO LOTE 1								R\$ 818.856,30	
Grupo 02									
4	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AZUL, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AZUL, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE	471309	UND	60.000	1.000	80.000	141.000	R\$ 1,3625	R\$ 192.112,50
5	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: VERDE, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERDE, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4 CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA	471308	UND	80.000	1.000	115.000	196.000	R\$ 1,3250	R\$ 259.700,00

	EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE..								
6	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AMARELO, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AMARELA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA</p> <p>EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p>	471307	UND	100.000	1.000	200.000	301.000	R\$ 1,3375	R\$ 402.587,50
7	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: LARANJA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR LARANJA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA</p>	471306	UND	8.000	0	8.000	16.000	R\$ 1,3375	R\$ 21.400,00

	EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.								
8	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERMELHA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE	471305	UND	60.000	1.000	60.000	121.000	R\$ 1,3167	R\$ 159.320,70
VALOR TOTAL DO LOTE 2					R\$1.035.120,70				
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 1.853.977,00				

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Hospital Central do Exército					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COMPRIMENTO: 29 CM, COR: BRANCA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM,	UND	30.000	300.000	300.000

	<p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:</p> <p>L A C R E</p> <p>INVIOLÁVEL,</p> <p>DESCARTÁVEL,</p> <p>ADULTO, TIPO</p> <p>MATERIAL:</p> <p>IMPERMEÁVEL,</p> <p>ANTIALÉRGICO.</p> <p>DESCRIÇÃO</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>CONFECCIONADA</p> <p>EM FILME</p> <p>REVESTIDO A</p> <p>B A S E D E</p> <p>POLIPROPILENO,</p> <p>PULSEIRA</p> <p>PROTEGIDA COM</p> <p>VERNIZ ESPECIAL,</p> <p>NA COR BRANCA</p> <p>MACIA E COM AS</p> <p>BORDAS</p> <p>NÃO CORTANTES,</p> <p>RESISTENTE NA</p> <p>A Ç Ã O D E</p> <p>AGENTES</p> <p>QUÍMICOS E</p> <p>ABRASIVOS,</p> <p>MEDINDO 270MM</p> <p>(COMPRIMENTO)</p> <p>25MM LARGURA,</p> <p>Á R E A D E</p> <p>IMPRESSÃO</p> <p>APROXIMADA DE</p> <p>12,5CM PARA</p> <p>PACIENTE</p> <p>ADULTO, USO</p> <p>UMA ÚNICA E</p> <p>EXCLUSIVA VEZ,</p> <p>PULSEIRA ANTI-</p> <p>ALÉRGICA,</p> <p>IMPERMEÁVEL E</p> <p>LAVÁVEL,</p> <p>IMPRESSÃO</p> <p>TÉRMICA DIRETA,</p> <p>T E M A</p> <p>DURABILIDADE DE</p> <p>IMPRESSÃO DE NO</p> <p>MÍNIMO 15 DIAS</p> <p>DE USO, COM</p> <p>LACRE ADESIVO</p> <p>DE SEGURANÇA</p> <p>INVIOLÁVEL E</p> <p>AJUSTÁVEL EM</p> <p>QUALQUER</p> <p>MEDIDA,</p> <p>EMBALADA EM</p> <p>EMBALAGEM</p> <p>PLÁSTICA</p> <p>INDIVIDUAL QUE</p> <p>MANTÉM A</p> <p>INTEGRIDADE DO</p> <p>PRODUTO, A</p> <p>APRESENTAÇÃO</p> <p>DO PRODUTO</p> <p>DEVERÁ</p>					
--	---	--	--	--	--	--

	OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
2	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 175MM (COMPRIMENTO) 20MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA TOTAL NA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - PEDIÁTRICO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTIALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA	UND	2.000	20.000	20.000

	INVIO LÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, ROLO COM 300 UNIDADES, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.				
3	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 160MM (COMPRIMENTO) 24MM(LARGURA), ÁREA DE IMPRESSÃO NA ÁREA TOTAL DA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - NEONATAL, USO UMA ÚNICA E	UND	300	3.000	3.000

	EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI-ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.				
4	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AZUL, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS,	UND	8.000	80.000	80.000

	MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AZUL, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
5	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPIMENTO: 24 CM, COR: VERDE, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO	UND	11.500	115.000	115.000

	COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERDE, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE..				
6	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE	UND	20.000	200.000	200.000

	<p>CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AMARELO, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AMARELA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO</p>					
--	--	--	--	--	--	--

	DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.				
7	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: LARANJA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR LARANJA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ,	UND	800	8.000	8.000

	PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.				
8	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERMELHA, MACIA E COM AS BORDAS	UND	6.000	60.000	60.000

NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
---	--	--	--	--

Órgão Participante: Hospital Geral do Exército					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COMPRIMENTO: 29 CM, COR: BRANCA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: L A C R E INVIO LÁVEL, DESCARTÁVEL, ADULTO, TIPO MATERIAL: IMPERMEÁVEL, ANTIALÉRGICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO,	UND	15.000	150.000	150.000

	PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇ Ã O DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 270MM (COMPIMENTO) 25MM LARGURA, Á R E A DE IMPRESSÃO APROXIMADA DE 12,5CM PARA PACIENTE ADULTO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI- ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, T E M A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
2	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS,	UND	1.500	150.000	150.000

TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 175MM (COMPRIMENTO) 20MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA TOTAL NA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - PEDIÁTRICO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTIALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, ROLO COM 300 UNIDADES, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ					
---	--	--	--	--	--

	OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.				
3	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 160MM (COMPRIMENTO) 24MM(LARGURA), ÁREA DE IMPRESSÃO NA ÁREA TOTAL DA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - NEONATAL, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI-ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INViolÁVEL E AJUSTÁVEL EM	UND	300	3.000	3.000

	QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.				
4	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AZUL, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER	UND	6.000	60.000	60.000

	MEDIDA, NA COR AZUL, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
5	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: VERDE, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E	UND	8.000	80.000	80.000

	ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERDE, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE..				
6	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AMARELO, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO	UND	10.000	100.000	100.000

	<p>A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AMARELA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p>				
7	<p>PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24</p>	UND	800	8.000	8.000

	CM, COR: LARANJA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR LARANJA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.				
8	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO,	UND	6.000	60.000	60.000

MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERMELHA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE					
--	--	--	--	--	--

	MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
--	---	--	--	--	--

Órgão Participante: Hospital Militar de Área de Recife					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COMPRIMENTO: 29 CM, COR: BRANCA, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: L A C R E INVIO LÁVEL, DESCARTÁVEL, ADULTO, TIPO MATERIAL: IMPERMEÁVEL, ANTIALÉRGICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 270MM (COMPRIMENTO)	UND	6.000	60.000	60.000

	25MM LARGURA, ÁRE A DE IMPRESSÃO APROXIMADA DE 12,5CM PARA PACIENTE ADULTO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTI- ALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, T E M A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
2	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTUCHO 300 PULSEIRAS, TAMANHO INFANTIL, TIPO MATERIAL: À PROVA D'ÁGUA. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM	UND	400	4.000	4.000

	VERNIZ ESPECIAL, NA COR BRANCA MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, RESISTENTE NA AÇÃO DE AGENTES QUÍMICOS E ABRASIVOS, MEDINDO 175MM (COMPRIMENTO) 20MM LARGURA, ÁREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA TOTAL NA PULSEIRA, PARA PACIENTE INFANTIL - PEDIÁTRICO, USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA ANTIALÉRGICA, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA, TEM A DURABILIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 15 DIAS DE USO, COM LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, ROLO COM 300 UNIDADES, EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COR BRANCA.				
4	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO,	UND	100	1.000	1.000

	<p>COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AZUL, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR AZUL, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA</p>				
--	---	--	--	--	--

	OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
5	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: VERDE, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERDE, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ,	UND	100	1.000	1.000

	PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE..				
6	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AMARELO, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVIOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER	UND	100	1.000	1.000

	MEDIDA, NA COR AMARELA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.				
8	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, USO: PULSO, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, COMPRIMENTO: 24 CM, TIPO: COM IMPRESSÃO, LARGURA: 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CONFECCIONADA EM FILME REVESTIDO A BASE DE POLIPROPILENO, PULSEIRA PROTEGIDA COM VERNIZ ESPECIAL, ANTIMICROBIANA, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE A RASGOS, MANCHAS, ABRASÃO, ÁLCOOL E ALGUNS OUTROS PRODUTOS	UND	100	1.000	1.000

QUÍMICOS, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL DE USAR, SEGURA E CONFORTÁVEL, A PROVA D'ÁGUA. PULSEIRA COM LACRE ADESIVO, INVOLÁVEL E AJUSTÁVEL EM QUALQUER MEDIDA, NA COR VERMELHA, MACIA E COM AS BORDAS NÃO CORTANTES, MEDINDO 27,4CM (COMPRIMENTO) 1,5CM (LARGURA), PARA PACIENTE ADULTO. USO UMA ÚNICA E EXCLUSIVA VEZ, PULSEIRA EM ROLO COMPOSTO POR 180 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA SEGURA QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE				
---	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de **30 dias** contados do(a) **da emissão da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2.Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e INMETRO, casos existentes.

4.1.3. Deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos– PGRS confeccionado pelo órgão, obedecendo também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios.

4.1.4.objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (Lei nº 12.305 de 02/08/2010).

4.1.5. O armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e do meio ambiente seguirão as normas fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR 12235.

4.1.6. Os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança, serão seguidos de acordo com as normas da ABNT – NBR 12810. Assim como, os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos sólidos, serão respeitados visando as normas da NBR 14652.

4.1.7. As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra

4.1.8. Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde em acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306 /2004 – ANVISA;

4.1.9. Os resíduos sólidos deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT /NBR 7.500;

4.1.10. Respeito aos art. 225 e 170 da Constituição Federal que dispõem sobre o direito e a proteção ao meio ambiente.

4.1.11.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais, que se encontram reguladas pelos seguintes normativos.

4.1.11.1. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância sanitária a que ficam sujeitos os correlatos e outros produtos, e da outras providências”.

4.1.11.2.Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos – PGRS elaborado pelo Órgão, e L12. 305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005(no que tange o gerenciamento dos resíduos sólidos).

4.1.11.3.os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.12. Caso a licitante vencedora seja a própria fabricante das pulseiras, deverá apresentar o CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras) sob a categoria "Indústria Química - Fabricação de produtos de material plástico" (Código 11-4).

4.1.12.1 Se a licitante for apenas distribuidora/comerciante, a obrigatoriedade do CTF/APP não se aplica diretamente à sua atividade de revenda, mas o produto deve ter origem em fabricante regularmente licenciado.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, caso o pregoeiro solicite, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. As amostras poderão ser entregues no endereço: Rua Francisco Manuel 126 - Benfica Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.911-270, no prazo limite de 05 (cinco), dias sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.11. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: Resistência, durabilidade, embalagem, validade visível, manuseio, acabamento, características técnicas e instruções de uso.

4.12. As amostras serão testadas e poderão ser rejeitadas, quando em desacordo com as especificações mínimas de qualidade, compatibilidade e consonância ao disposto no instrumento convocatório.

4.13. Todos os itens constantes nesta contratação poderão ser solicitados para amostra.

Subcontratação

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Previsão de margem de preferência

4.16. Embora o Art. 26 da Lei nº 14.133/2021 preveja a possibilidade de aplicação de margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, sua aplicação não é automática. Para que seja implementada, faz-se necessária a existência de decreto federal específico que defina os percentuais e os produtos contemplados, o que não se verifica para o objeto da presente contratação até a data de elaboração deste certame.

4.17. Da Primazia da Proposta Mais Vantajosa e Economicidade O objetivo primordial da licitação é a seleção da proposta que gere o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública. A aplicação compulsória de uma margem de preferência, sem a devida maturação regulamentar, poderia onerar injustificadamente o erário, elevando o custo da contratação sem uma contrapartida direta em qualidade ou desempenho técnico para o Hospital Central do Exército.

4.18. Da Alta Criticidade Assistencial

No âmbito das aquisições de saúde, a eficiência técnica e a precisão do desempenho clínico devem prevalecer sobre critérios de fomento industrial que possam, eventualmente, preterir a solução de melhor desempenho para o paciente. Tratando-se de objetos com alta criticidade assistencial, como pulseiras de identificação para grau de criticidade dos atendimentos, o foco deve ser a segurança do paciente e saúde do paciente.

4.19. Da Ampla Competitividade

O afastamento da margem de preferência visa, ademais, assegurar a mais ampla competitividade no certame. Ao permitir que produtos nacionais e estrangeiros (devidamente registrados na ANVISA) disputem em condições de igualdade de preço, a Administração garante o acesso às tecnologias mais avançadas disponíveis no mercado global, fundamentais para a excelência do serviço médico-hospitalar prestado aos beneficiários do SAMMED/FuSEx.

Conclusão

Diante do exposto, e em observância ao princípio da eficiência e da busca pela melhor proposta, opta-se pelo não estabelecimento de margem de preferência no presente processo licitatório

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de entregues em no máximo 30 dias contados do recebimento do empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- a) Rua Francisco Manuel, 126 - Benfica, Rio de Janeiro - RJ, 20911-270.
- b) Av. Duque de Caxias, 1551 - Vila Militar, Rio de Janeiro - RJ, 21615-220
- c) Rua do Hospício, 563 - Boa Vista, Recife - PE 50050-050

5.4 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica[A3]

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.19. Este certame será conduzido por lotes, visando se tratar de uma aquisição de material em comodato, assegurando o bom funcionamento e segurança dos dispositivos deste nosocômio.

5.20. Os fornecedores vencedores dos lotes 1 e 2 do certame deverão fornecer, juntamente com o material 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, os seguintes **equipamentos em comodato**:

Fornecimentos de equipamentos compatíveis com impressora

5.20.1. Fornecer 30 (trinta) equipamento(s) em regime de comodato, incluindo o lote 1 e 2 novos e/ou seminovos, devendo estar em perfeito estado de conservação e funcionamento com todos os dispositivos de segurança, com totais condições de uso;

5.20.2. Responsabilizar-se, durante o período do Contrato, pelas despesas decorrentes das manutenções preventivas e corretivas, substituição de peças, componentes e partes defeituosas de fábrica ou que apresentarem defeitos devido ao uso normal dos equipamentos;

5.20.3. Realizar manutenção preventiva de acordo com a periodicidade indicada pelo fabricante, realizando a limpeza dos equipamentos, testes de funcionamento, substituição de peças, lubrificação e dentre outros que se fizerem necessários;

5.20.4. Garantir que o tempo máximo de paralisação do equipamento deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a partir do início do chamado técnico;

5.20.5. Substituir o(s) equipamento(s) fornecidos em regime de comodato no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando os mesmos vierem a ser recusados por sua qualidade, e, ainda, se estiver fora dos parâmetros exigidos no edital;

5.20.. Quando da necessidade de locomoção dos equipamentos para conserto, fora do ambiente da Contratante, caberá a Contratada providenciar a retirada e a devolução do(s) mesmo(s), assumindo todos os ônus desses procedimentos, caso em que, só deverá acontecer, com autorização prévia e formal da Gerência Administrativa/ Engenharia Clínica da Unidade.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os

problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **3% (três por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.2.4.7.1. A não substituição de **impressoras térmicas em comodato** com defeito no prazo de 24 horas: multa de **10%** sobre o valor da contratação. [Optou-se por fixar multa diferenciada para a falha nas impressoras em comodato devido ao risco crítico de interrupção da identificação de pacientes.];

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.[A3]
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.31.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.32. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/01/2026.
- 8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA(Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Será exigido atestado de qualificação técnica para o item 1 conforme § 1º do Art 67 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021;

9.30.1.2. A quantidade mínima a ser apresentada para cada item solicitado é de 20% (vinte por cento); e

9.30.1.3. Para fins de comprovação do atestado de capacidade técnica, poderão ser solicitadas cópias de Notas Fiscais, Notas de Empenho ou outros documentos idôneos que confirmem a veracidade das informações prestadas.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.853.977,00 (Um milhão oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais), conforme custos unitários apostos na **[tabela contida no item 1.1 acima]**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Aplicável às aquisições de materiais formalizadas por Nota de Empenho - Art. 95, II, Lei 14.133/2021)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para retirar/aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10(dias).

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.20 **Obrigação Específica:** Providenciar a retirada imediata dos equipamentos cedidos em comodato após o término da vigência ou rescisão, sob pena de caracterização de abandono.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações (entrega e pagamento).
- 5.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo por motivos do art. 137 da Lei no 14.133/21 ou amigavelmente.
- 5.3. O termo de extinção será precedido de balanço de eventos e pagamentos.
- 5.4. A extinção não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.
- 5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.6.3. Indenizações e multas.
- 5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus

efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]


Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **FELLIPE GARCIA NASCIMENTO**
Data: 02/04/2026 10:05:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FELLIPE GARCIA NASCIMENTO

Encarregado do Setor de Material



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 09:55:55.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO CML - 1ª RM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR-1769)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**, com sede na Rua Francisco Manuel, 126, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo **Ordenador de despesas**, nomeado pelo Boletim Interno nº , inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/XXXX, processo administrativo n.º **64574.010013/2025-31**– HCE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20..*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantid	Valor Un
		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	a de	
						Mínima	
							Prazo
							garanti
							a ou
							validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificaçã	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X	o	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

(Processo Administrativo nº 64574.037762/2025-14)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União federal, por intermédio do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Hospital Central do Exército, com sede na Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.609.235/0001-50, neste ato representado(a) pelo(a) (informar o nome do representante legal), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, na cidade de _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, conforme _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 64574.037762/2025-14 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90071/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Pulseiras de Identificação de pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição do item	Catmat	UND	QTD	QTD	QTD	QTD
				HGE	HMAR	HCE	TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação;*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados do(a) a partir da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

- 2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.2. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

13.2.3. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a*

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ª RM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**

(Hospital Real Militar e Ultramar – 1769)

TERMO DE COMODATO Nº xx/xxxx

A União, por intermédio do(a) HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO , com sede no(a) Rua Francisco Manuel, 126, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado COMODATÁRIA e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado COMODANTE, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64574.037762/2025-14 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), resolvem celebrar o presente Termo de Comodato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico SRP nº 90071/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Comodato é o empréstimo do EQUIPAMENTO (*Impressora juntamente com os itens 1,2,3,4,5,6,7 e 8*), conforme previsto no Termo de Referência atinente ao Pregão 90071/2025 , para viabilizar o correto uso dos itens 1 ao 8.

1.2. O presente termo se vincula ao edital e a seus anexos, previsto no preâmbulo do presente Termo de Comodato, independente de transcrição.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

2.1. Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo ou manutenção no EQUIPAMENTO, que ficarão a cargo da COMODANTE.

2.2. Não poderá o COMODATÁRIO fazer alteração ou conserto no EQUIPAMENTO sem a assistência técnica da COMODANTE, que deverá ser comunicada imediatamente para verificar tal possibilidade.

2.3. Cuidar para que o EQUIPAMENTO seja utilizado de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e constantes do manual de operações, devendo

ser usado pelo COMODATÁRIO somente com o propósito estipulado no Termo de Referência e no instrumento de comodato.

2.4. Exigir da Contratada/comodante que apresente apólice de seguro atestando a cobertura do EQUIPAMENTO disponibilizado, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências.

2.5. No momento da devolução, o EQUIPAMENTO deverá apresentar-se nas mesmas condições em que o comodatário o recebeu.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

3.1. Disponibilizar equipamento em comodato, conforme itens 1 ao 8 deste Termo de Comodato, sem ônus para Administração.

3.2. O EQUIPAMENTO será entregue ao COMODATÁRIO em perfeito estado de conservação e funcionamento. O COMODANTE fornecerá ao COMODATÁRIO todos os itens e peças de reposição necessários ao perfeito funcionamento dos INSTRUMENTAIS disponibilizados.

3.3. O EQUIPAMENTO será cedido gratuitamente ao COMODATÁRIO para fins de utilização do produto fornecido pelo COMODANTE, conforme itens 1 ao 8 deste Termo de Comodato.

3.4. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do EQUIPAMENTO, que inclui, sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas, bem como calibração e assessoria científica conforme manual do fabricante com emissão de certificados.

3.5. Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva do EQUIPAMENTO em um prazo máximo de 10 dias úteis, incluindo finais de semana e feriados.

3.6. Substituir o EQUIPAMENTO inoperante em caso de defeito, por outro, de mesma característica, em um prazo máximo de 2 (duas) horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA.

3.7. Realizar manutenção preventiva no EQUIPAMENTO conforme periodicidade recomendada pelo fabricante ou ao menos trimestral, valendo a que for menor.

3.8. Responder pelos custos relacionados à troca de peças no EQUIPAMENTO, de caráter corretivo e preventivo, inclusive os decorrentes de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica.

3.10. Identificar o EQUIPAMENTO, ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo, no mínimo, as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o EQUIPAMENTO e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser à prova d'água

ou estar protegida (ex. adesivo transparente).

3.11. O EQUIPAMENTO cedido à COMODATÁRIA deverá estar acompanhado de: 3.11.1.Duas cópias do manual de operação em idioma português;

3.11.2. Carta de entrega constando todos os dados do EQUIPAMENTO (fabricante, modelo, número de série);

3.11.3. Dados da COMODANTE (razão social, endereço); 3.11.4.CNPJ/MF;

3.11.5.Nome da pessoa de contato comercial; 3.11.6.Nome da pessoa de contato para assistência técnica;

3.11.7.Telefones de contato e telefones de contato para final de semana e feriado;

3.11.8.Programa de manutenção preventiva (cronograma anual de visitas e "check list").

3.12. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA motivada pela falta do EQUIPAMENTO, por um período superior a XX horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis, dentre as quais glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto

3.13. Responsabilizar-se por acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu EQUIPAMENTO, pois a COMODATÁRIA não oferece seguro para tal cobertura. A COMODANTE efetuará a cobertura do seguro do EQUIPAMENTO disponibilizado em comodato, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao COMODATÁRIO a respectiva apólice de seguro.

3.14. Comprometer-se a manter, em condição regular e normal, a cessão mediante comodato, enquanto permanecerem em estoque no (Indicar unidade da Contratante), os produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO.

3.15. Durante a vigência do comodato do EQUIPAMENTO, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como, o desempenho do EQUIPAMENTO. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo (Indicar nome da unidade da Contratante). Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação administração superior competente para providências cabíveis.

SANÇÃO E RESCISÃO

4.1 As hipóteses de sanção e rescisão são aquelas previstas no Termo de Referência.

DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Durante a vigência da cessão do EQUIPAMENTO, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como o desempenho do EQUIPAMENTO. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo (INDICAR RESPONSÁVEL), ou seu substituto legal. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração

superior competente para providências cabíveis.

5.2. O prazo de entrega e/ou instalação do EQUIPAMENTO é de, no máximo, XX dias, contados da data da assinatura do presente TERMO, devendo ser providenciada com antecedência em relação à data de início do fornecimento do produto objeto da licitação.

5.3. O presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, ou seja, até o dia

/_/202X, podendo ser prorrogado para atingir o seu fim caso ainda exista, no (indicar unidade da Contratante), estoque dos produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO.

FORO

6.1. O Foro para solucionar as litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro — Justiça Federal.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-

2-